

EXPRESSÕES DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BAIRRO DA LUZ

Data de aceite: 02/10/2023

Julia Stein

Isabela Dias M. de Araújo

Adriana Rodrigues Domingues

RESUMO: O artigo relata a pesquisa que surgiu a partir da atuação das autoras no projeto de extensão “Fique Vivo!”, no bairro da Luz em São Paulo/SP. A intervenção se pautava na oferta de atendimento psicológico para pessoas em situação de rua e que fazem uso de substâncias psicoativas. O objetivo foi analisar as formas de expressão do sofrimento ético-político relatadas pelas pessoas atendidas. Expresso de diferentes formas, como nas desigualdades relativas às questões de gênero, etnia, idade e classe social, o sofrimento ético-político retrata a dimensão ética da vivência cotidiana da desigualdade social. A opção por estudar a exclusão social pela via das emoções visa indicar o (des)compromisso com o sofrimento humano, tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil e do próprio indivíduo. O método da cartografia possibilitou o mergulho em um território desconhecido e a construção do saber-fazer, a partir da intervenção realizada junto

aos participantes. Os atendimentos tinham por objetivo a escuta e o acolhimento da demanda e duravam, em média, 15 minutos. Os dados foram produzidos ao longo de 6 meses, a partir da elaboração de diários de campo contendo informações sobre a atividade e as anotações sobre os atendimentos. Para análise dos dados, foram selecionados registros de 6 participantes, sendo 4 homens cisgênero, 1 mulher cisgênero e 1 mulher transgênero. Todos os participantes eram negros, com idade aproximada de 30 anos. Os relatos identificados em diário de campo foram analisados nas seguintes categorias: humilhação social, culpa e vergonha e invisibilidade pública. Evidenciou-se a exclusão social por meio da análise das emoções, afirmando a necessidade da atuação do Estado na desconstrução da lógica que sustenta a dialética exclusão/inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: pessoas em situação de rua; exclusão social; sofrimento ético-político.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata a pesquisa que surgiu a partir da imersão em campo e

atuação no projeto de extensão “Fique Vivo!”, promovendo ações de escuta e acolhimento para pessoas em situação de rua e usuárias de drogas, que vivem na região da Luz, na cidade de São Paulo/SP. Atuando como voluntárias na oferta de atendimentos psicológicos e estratégias de redução de danos, as autoras colocaram-se também como pesquisadoras, com a finalidade de analisar a produção de conhecimento que foi construída a partir dessa experiência.

O projeto de extensão “Fique Vivo!” foi desenvolvido por uma equipe de docentes e estudantes do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a partir de ações iniciais realizadas juntamente com outros atores sociais em torno de um projeto de moradia que preservasse os modos de vida e a memória do bairro. Em artigo anterior, apresentamos a experiência e afirmamos a necessidade de compreensão do sofrimento ético-político de quem vive em situação de rua. A circulação e intervenção em territórios vulneráveis propicia diferentes olhares sobre a cidade e aumenta a visibilidade de pessoas que vivem situações diárias de violência e humilhação (AZEVEDO, DOMINGUES e IMBRIZI, 2021).

Localizado no centro de São Paulo, o bairro da Luz é um território em conflito com importantes interesses econômicos e imobiliários. Desde a saída da rodoviária, em 1982, houve uma constante migração de pessoas da periferia para a região, ocasionando em moradias e comércios irregulares, como cortiços, mercado informal, prostituição e o comércio de drogas. A região passou a vivenciar uma crescente precarização, ocupada por uma diversidade de populações sustentadas por uma economia informal, redesenhando assim, a identidade do bairro. Atualmente, é conhecida como *Cracolândia*, em alusão ao intenso fluxo de usuários de crack, decorrente da popularização da droga em meados da década de 1990 nos bairros da Luz, Campos Elíseos e Santa Cecília (CALIL, 2015).

A complexidade do território evidencia uma situação de extrema vulnerabilidade social e desamparo dos sujeitos ali implicados. Os diferentes modos de intervenção política na região são pouco efetivos e a disputa por interesses mercadológicos inviabilizam políticas públicas que garantam os direitos sociais das pessoas em situação de rua que ali circulam.

Somente no município de São Paulo, houve um aumento de 31% de pessoas nesta situação nos últimos dois anos. Em 2019, havia 24.344 pessoas e, atualmente, há 31.884 pessoas nas ruas da cidade após a crise sanitária mundial da Covid-19. Para termos uma melhor dimensão da nova realidade paulistana, o número de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo é maior que o número de habitantes da maioria das cidades do Estado. Das 645 cidades paulistas, 69,6% do total têm quantidade de moradores menor do que a população em situação de rua aferida no município (CENSO ANTECIPADO, 2023).

Além da situação de rua, o sujeito é associado ao uso de drogas em uma relação de causa e efeito, como se o abuso de substâncias levasse o indivíduo à situação de rua. Porém, essa relação pode mostrar o inverso: em consequência da extrema vulnerabilidade, o sujeito em situação de rua “tem dificuldade para suportar o sofrimento físico e psicológico

sem algo que amenize a vivência da dura realidade” (DANTAS et al, 2012, p. 271). O uso de drogas pode estar vinculado às “[...] estratégias de sobrevivência que ganham importância na medida em que seus efeitos produzem sensações, não só de prazer, como de euforia e poder, mas confere alterações da percepção psíquica contra a dolorosa realidade interna e externa destas pessoas” (CARVALHO, 1999, p. 491).

Destacamos, ainda, o aumento do consumo de *crack* pelo grande potencial que oferece para a dependência química, o baixo custo quando comparado a outras substâncias que têm rápido efeito e a necessidade de repetição do uso. A droga adquire a função de preenchimento, na tentativa de suprir a falta de segurança, alimentação e afeto (TONDIN, BARROS NETA e PASSOS, 2013).

Dados que sustentam essa afirmação podem ser analisados no Censo 2021, em que 92,3% dos entrevistados informaram que desejam sair das ruas e entendem que a condição para sair da situação de vulnerabilidade é possuir emprego fixo (45,7%), seguido de moradia (23,1%). Outras respostas também foram consideradas: retornar para a casa de familiares ou resolver conflitos (8,1%) e superar a dependência de álcool e outras drogas (6,7%) (CENSO ANTECIPADO, 2023).

Como resposta à exclusão social, a gestão pública tem se utilizado de estratégias proibicionistas que visam o controle do consumo de substâncias psicoativas e a abstinência total como tratamento. Além de ter se mostrado ineficaz no controle do uso de drogas, o modelo proibicionista reproduz práticas repressivas que reforçam o estigma aos usuários de drogas, dificultando a criação de vínculo entre os dispositivos de saúde e os usuários. “[...] como forma de controle à produção, circulação e comércio de determinadas substâncias, o proibicionismo assume uma postura explicitamente repressiva e policial embasada nos princípios da Segurança Pública” (CALIL, 2015, p. 24).

O paradigma proibicionista favorece práticas tutelares, heteronômicas e violadoras de direitos amparadas no modelo médico-moral. Dessa forma, tal modelo reforça, na contramão da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) e da luta antimanicomial, a internação compulsória e involuntária, além do tratamento visando a abstinência como única meta possível (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.28).

Esta pesquisa surgiu em meio a experiências de intervenção que ocorreram neste território. O objetivo foi mapear e analisar as expressões do sofrimento ético-político relatadas pelas pessoas em situação de rua que circulam pelo bairro da Luz e que foram atendidas pelo projeto “Fique Vivo!”.

Adotamos o sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética inclusão/exclusão, pois entendemos que o indivíduo sofre devido a intersubjetividades delineadas socialmente. Compreendemos que as expressões do sofrimento não podem ser entendidas como algo individual e proveniente de desajustamentos e desadaptações, mas sim, como determinações sociais. O sofrimento ético-político

[...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público, e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 2014, p. 106).

Ao analisarmos a exclusão social pela categoria do sofrimento ético-político, potencializamos o sujeito sem retirar a responsabilidade do Estado.

Estudar exclusão pelas emoções dos que a vivem é refletir sobre o “cuidado” que o Estado tem com seus cidadãos. Elas são indicadoras do (des) compromisso com o sofrimento do homem, tanto por parte do aparelho estatal quanto da sociedade civil e do próprio indivíduo (SAWAIA, 2014, p. 101).

O sofrimento ético-político pode ser expresso de diferentes formas, como por exemplo, nas desigualdades relativas às questões de gênero, etnia, idade, classe social, deficiência física ou mental. Suas expressões perpassam a construção e estabilização do capitalismo enquanto modelo econômico vigente desde o século XX, depois da Segunda Guerra Mundial, quando o novo modelo econômico-político do Estado de Bem-Estar Social constituiu a noção de “universalidade da condição de cidadania” (SPOSATI, 1998). O modelo capitalista permitiu a alternativa da inclusão social como possibilidade de igualdade e equidade social, enquanto a sociedade designou ao Estado a responsabilidade de garantia de direitos a todos os sujeitos, sejam eles marginalizados ou não.

A inclusão social é “o processo de disciplinarização dos excluídos, portanto, um processo de controle social e manutenção da ordem na desigualdade social” (SAWAIA, 2014, p. 108), que pode ser compreendida como inclusão perversa. A ideia central da dialética exclusão/inclusão é de que a sociedade inclui o trabalhador para aliená-lo, servindo como uma estratégia de manutenção da ordem social.

A análise das formas de exclusão/inclusão não pode considerá-las como categorias em si, com qualidades específicas invariantes e independentes. É preciso entender que a dinâmica entre a exclusão e a inclusão forma um par indissociável, pois não podemos falar de inclusão sem a exclusão e vice-versa. Esta dialética demonstra a capacidade de uma sociedade existir enquanto sistema (SAWAIA, 2014).

MÉTODO

Por se tratar de uma pesquisa que se fez a partir de intervenções realizadas em um projeto de extensão, adotamos a cartografia como método de pesquisa, por esta implicar em uma orientação do pesquisador de modo não prescritivo. Ao cartografar, o pesquisador não segue objetivos pré-definidos, mas realiza uma reversão do sentido tradicional de método – “não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (metá-hódos), mas o traçar durante o caminhar, suas metas (hódos-metá)” (PASSOS e BARROS, 2009, p.17).

O “caminho metodológico” está justamente no ato de usar a experiência como um saber-fazer, ou seja, valer-se do conhecimento que surge da experiência.

A partir da imersão em campo, as pesquisadoras puderam habitar um espaço antes desconhecido e se relacionar com sujeitos que vivenciam o território diariamente e o materializam através de suas experiências. A proposta da pesquisa não se baseou, portanto, em realizar observações participantes, mas em um mergulho e contato direto com o território e com as pessoas que dele fazem parte. Para a cartografia, é necessário que o pesquisador se deixe levar pelas forças que emergem do campo para poder então traçar o que permeia o movimento constante do fenômeno em questão (BARROS e KASTRUP, 2009).

O que buscamos, em uma pesquisa cartográfica, é a dissociação do objeto investigado e do sujeito que investiga, pois não é dada apenas a possibilidade de mudar o campo, mas também de ser um agente de mudanças do sujeito enquanto pesquisador (PAULON e ROMAGNOLI, 2010). O método parte do pressuposto de que a pesquisa está em processo o tempo todo e o acompanhamento deste processo demanda atenção e cuidado constantes, além de exigir a construção coletiva do conhecimento.

A produção de dados ocorreu por meio de intervenções realizadas quinzenalmente, aos sábados, no período da manhã, ao longo de 6 meses. A proposta se baseava na oferta de um espaço de escuta e acolhimento livre de qualquer exigência e duravam, em média, 15 minutos. Os relatos dos atendimentos eram registrados em diários de campo elaborados pelas pesquisadoras.

Para fins de análise, foram considerados os registros de 6 participantes, sendo: 4 homens cisgênero: Rodrigo¹, Pedro, Jorge, Joaquim; 1 mulher cisgênero: Laura e 1 mulher transgênero: Amanda. Todos os participantes eram afrodescentes, com idade aproximada de 30 anos.

O método de análise se deu através da leitura e releitura dos diários, os quais reuniam informações objetivas, como data, atividade realizada e pessoas atendidas, além de anotações das histórias ouvidas e observações do território. A escrita do diário de campo possibilitou o retorno à experiência, para que pudéssemos falar de dentro dela e não *sobre* ela (BARROS e KASTRUP, 2009).

EXPRESSÕES DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

A partir da experiência em campo, foi possível habitar o território da pesquisa atentas às expressões de sofrimento ético-político relatadas pelas pessoas atendidas. Humilhação social, culpa e vergonha e invisibilidade pública foram as expressões identificadas e que serão analisadas abaixo, a partir de trechos recolhidos nos diários de campo.

¹ Para manter o sigilo e a privacidade dos sujeitos da pesquisa, utilizamo-nos de nomes fictícios.

Humilhação social

No dia em que conhecemos Amanda, estava sendo realizada a limpeza urbana, com um caminhão grande carregando água, com faxineiros da prefeitura e a polícia. O território estava caótico, com muitas pessoas andando e correndo, carregando seus pertences e com muitos policiais sendo agressivos com aqueles que resistiam para sair do local que estavam. Jogavam jatos de água fria para que os corpos deixassem o local e, se não utilizavam a água, faziam uso de cassetete e violência. Todos os policiais usavam luvas, capacete e máscaras. Outros policiais, que estavam interditando as ruas, pediram para que nós, do coletivo, nos afastássemos e disseram que não deveríamos estar ali, porque era perigoso. Nos mandaram ficar por algum tempo dentro da base policial. Dentro da base, podíamos ouvir gritos e bombas.

Quando a situação se acalmou, os policiais da base recomendaram que fôssemos pouco tempo por lá e montamos uma mesa pequena com poucos insumos e próximo à base policial. Sentíamos medo por estar ali (trechos do Diário de Campo).

Devido a implementação de uma política proibicionista, a violência policial está presente não só nos relatos dos participantes da pesquisa, como também no contexto social em que estão inseridos. Este modelo desconsidera os diferentes modos de subjetividade e criminaliza os sujeitos que fazem uso delas.

O modelo moral/criminal aborda o consumo de droga como um delito passível de encarceramento e o modelo de doença compreende essa questão (consumo e dependência) como uma patologia cujo portador deve ser tratado e reabilitado. Os modelos de tratamento baseados nessa ótica são considerados de “alta exigência”, pois nenhum tipo de consumo é tolerado e a abstinência é posta como objetivo final único, o que torna as instituições de saúde espaços pouco acolhedores para os usuários.

A criminalização e marginalização produzem sentimento de humilhação social como efeitos de um sistema capitalista, para o qual não pode existir indivíduo sem dinheiro, renda e trabalho fixo.

A humilhação social conhece, em seu mecanismo, determinações econômicas e inconscientes. Deveremos propô-la como uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes. Como tal, trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político. O humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade, uma situação reconhecível nele mesmo - em seu corpo e gestos, em sua imaginação e em sua voz - e também reconhecível em seu mundo - em seu trabalho e em seu bairro (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 15)

O Estado, como sistema de garantia de direitos e proteção, atua como propulsor deste sentimento à medida em que o modo de produção capitalista é excludente pela impossibilidade de universalização do emprego e pela desigualdade social como estrutural e inerente a esse sistema (SPOSATI, 1998).

Joaquim relata que ficou impedido de conseguir um trabalho devido à passagem no sistema prisional e, conseqüentemente, sem renda e na rua (trechos do

Através dos relatos obtidos, notou-se que as instituições que deveriam ofertar cuidado, acolhimento e proteção não o fazem, tornando-se assim lugares inacessíveis. Esta dinâmica exemplifica a dialética de inclusão e exclusão da população em situação de rua: está incluída no sistema pela condição de falta de moradia, ao mesmo tempo em que está excluída pela falta de acesso aos serviços que deveriam garantir sua proteção e existência.

Além dos relatos, na experiência de campo presenciamos vários tipos de violações de direitos: na criminalização dos indivíduos usuários de drogas, na violência policial presente no cotidiano e na ausência de dispositivos que efetivamente ofereçam acolhimento às necessidades básicas. A desigualdade socioeconômica se expressa no sofrimento emocional perpassado no corpo de cada um dos participantes.

A maneira como a dialética inclusão/exclusão funciona produz, por um lado, condições humilhantes que retiram do sujeito sua condição humana, por outro lado, o incluem no sistema justamente por essa condição. No modelo de sociedade capitalista, se faz necessário que um grupo social ocupe esta posição marginalizada, para que justifique a ordem instaurada - e lucrativa - de desigualdade social.

Culpa e Vergonha

Amanda relata ter vergonha de sua aparência física, magra e com uma cara de gente “seca, drogada” (trechos do Diário de Campo).

Além da marginalização e criminalização sofridas pelas pessoas em situação de rua - seja pelo uso de drogas, seja pela sua condição sócio-econômica e/ou pela sua etnia predominantemente negra - há uma cultura de culpabilização desses sujeitos pela sua própria condição. O espaço da rua se torna um confinamento social num processo arquitetado e contínuo de discriminação, da mesma forma que ocorria outrora nos manicômios, atuando sempre a serviço do modelo capitalista (GRACIANI, 1997 apud TONDIN, BARROS NETA e PASSOS, 2013).

Rodrigo pediu para nós ligarmos para a sua irmã e comunicá-la que estava vivo, porém, sentia muita vergonha de seu estado físico e mental e não gostaria que sua família soubesse que estava naquelas condições - usando drogas e em situação de rua, no fluxo da crackolândia. Relatou sentir nojo do estado em que se encontrava, que em sua casa costumava se arrumar, passar gel nos cabelos, tomar banho, ficar cheiroso e que agora não fazia mais nada disso. Olhava para suas unhas enojado, constantemente pedia desculpas por não estar de banho tomado e pelo seu rosto estar sujo (trechos do Diário de Campo).

Pedro comentou sentir-se sujo, feio, com várias cicatrizes no rosto (trechos do Diário de Campo).

Laura relatou que tinha vergonha de ligar para sua mãe e contar do estado que estava, ainda mais grávida e suja (trechos do Diário de Campo).

Os trechos acima traduzem as expressões de vergonha pelo próprio estado físico e mental, seja pela maneira com que estão vestidos, seja pela sua instabilidade emocional devido ao uso de drogas. Há fortemente a presença de sentimentos de culpa e perda da confiança em si mesmo.

Seus corpos não causam abjeção pela falta de limpeza ou pela possibilidade de transmissão de alguma doença, por exemplo, mas sim porque são ambíguos e confundem as noções de identidade, sistema e ordem e por não respeitarem fronteiras. Estão colocados à margem e por terem a qualidade da ambiguidade, expressam tanto perigo quanto poder. São “corpos abjetos”, “aquele cuja vida não é considerada legítima e, portanto, que é quase impossível de se materializar” (BUTLER apud RUI, 2012, p.11).

Invisibilidade pública

Rodrigo comentou, olhando para a rua como se estivesse muito distante, com um olhar vazio, que se ele decidisse se jogar na frente de um carro, tudo ficaria melhor e mais tranquilo. Além disso, ninguém sentiria sua falta (trechos do Diário de Campo).

A expressão do sofrimento ético-político identificada no relato acima, assim como em relatos sobre a dificuldade de criação de laços duradouros com sua família, a não existência de amizades e redes de apoio e a ausência da garantia de direitos, revelam a presença de sentimentos de não-existência, desamparo e invisibilidade.

Jorge contou que já havia perdido um exame de endoscopia, pois é exigido que o paciente leve um acompanhante. Ele havia pedido para um amigo para lhe acompanhar, mas no dia do exame o amigo não apareceu. (...) Jorge está na região da cracolândia há 4 anos. Ele disse que ficava em um abrigo da região, mas nenhum funcionário poderia o acompanhar em seus exames. Jorge começou a chorar e me agradecer pela atenção que eu estava dando, pois isso era raro (trechos do Diário de Campo).

A invisibilidade pública é um fenômeno psicossocial caracterizado pelo desaparecimento de um sujeito em meio a outros. Imposta a este grupo social, esta condição suscita “a sensação de não ser como todos os possuidores de direitos e um estado de alerta de quem quase aguarda uma repreensão ou alguma ordem”, e se expressa através de sentimentos de “desconforto, angústia e sofrimento na vida dos afetados por esse fenômeno” (NASCIMENTO, 2022, p. 151, 154-155).

Esses indivíduos fazem parte de um processo de exclusão dos seus direitos e da participação de forma justa na vida social e política da sociedade. Esse processo acaba gerando uma identidade marcada pelo sofrimento e sensação de inferioridade (NASCIMENTO, 2022, p. 151).

O sentimento de invisibilidade também foi observado na dinâmica que se estabeleceu entre pesquisadoras e pessoas atendidas. Existia uma apreensão silenciosa e um estado constante de alerta por parte das pessoas escutadas. Havia uma dificuldade de

compreensão do tipo de oferta que estava sendo feita: a escuta. A sensação de estranheza revela a falta de oportunidades para que as pessoas que habitam esse lugar possam ser escutadas e cuidadas.

A invisibilidade pública confirma a ideia de que o sofrimento ético-político não pode ser associado somente a uma necessidade física, pois “o desejo, como expressão consciente do apetite, será passional juntamente com o seu corpo e ativo juntamente com ele. Corpo e alma são ativos ou passivos juntos e por inteiro” (SAWAIA, 2014, p. 103). O sofrimento afeta tanto o corpo quanto a alma, devido ao descrédito social. O desejo de “‘ser gente’ não é apenas de igualar-se, mas de distinguir-se e ser reconhecido” (SAWAIA, 2014, p. 116).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo as pistas do método da cartografia, a pesquisa nos permitiu a possibilidade de produzir novas realidades e, a partir delas, delinear os objetivos da pesquisa. Buscamos, aqui, analisar a exclusão social pela via das emoções, a partir da construção de uma disposição ética e profissional para o testemunho, a validação e a escuta das diferentes formas de expressão do sofrimento ético-político que atravessam os sujeitos em situação de rua.

Aprendemos, a partir desta experiência, que, ao introduzir a análise das emoções, introduz-se também a concepção de necessidade humana para além da necessidade biológica, superando assim, a dicotomia entre ética e necessidade.

Estudar exclusão pelas emoções dos que a vivem é refletir sobre o “cuidado” que o Estado tem com seus cidadãos. Elas são indicadoras do (des) compromisso com o sofrimento do homem, tanto por parte do aparelho estatal quanto da sociedade civil e do próprio indivíduo (SAWAIA, 2014, p. 101).

O sofrimento ético-político “situa-se em uma sociedade conflituosa, na vivência dos sujeitos no processo de luta de classes”, pois, a maneira do sistema capitalista incluir os indivíduos é perversa, utilizando-se de estratégias para “reproduzir e sustentar a servidão, a passividade, a miséria e, principalmente, a alienação do trabalhador” (BERTINI, 2014, p. 61).

Eles [indivíduos] passam a perceber que as apropriações materiais ou simbólicas os levam a ‘fazer parte’ do todo, finalmente correspondendo adequadamente ao que a sociedade cria a cada instante. Esse sistema inclui para excluir, ou seja, para manter os homens na dependência de um estado de coisas que não diz respeito à sua própria liberdade e potência, são levados a nunca alcançarem a satisfação mercadológica, pois o mercado protela a noção de perfeição. Uma inclusão que perverte, de fato, a imagem do sujeito no coletivo e a compreensão da imagem do coletivo na vivência dos indivíduos (BERTINI, 2014, p. 61-62).

Consideramos que a responsabilidade do Estado é imprescindível para que haja

um tratamento humanizado livre da reprodução de práticas tutelares, heteronômicas e violadoras dos direitos humanos, como a política proibicionista. Há a urgente necessidade de resgatar os valores éticos propostos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira para que a inclusão social não seja um espaço de disciplinarização dos excluídos, de controle social e que não compactue com a manutenção da desigualdade social.

Enquanto o Estado não atuar enquanto agente potencializador do cuidado e da reconstrução da autonomia dos sujeitos em questão, a dialética inclusão/exclusão será componente da maneira que nós vivemos enquanto sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A.B.; DOMINGUES, A.R.; IMBRIZI, J.M. Intervenções em territórios apartados: o que a psicologia tem a ver com isso?. **Rev. psicol. polít.** São Paulo, v. 21, n. 50, p.154-167, abr. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 ago. 2023.

BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 52-75.

BERTINI, F.M.A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. **Revista Psicologia & Sociedade**, 26 (n. spe. 2), p. 60-69. São Paulo, 2014.

CALIL, T. **Condições do lugar:** relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia. Dissertação de mestrado do Programa de Pós- Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade - Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARVALHO, D. B. B. O consumo de drogas por crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal: relatos de experiências vividas. In: CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. T. (Org.). **Prevenindo a drogadição entre crianças e adolescentes em situação de rua: a experiência do PRODEQUI.** Brasília, DF: MS/COSAM, UnB/PRODEQUI; UNDCP, 1999.

CENSO ANTECIPADO pela Prefeitura de São Paulo revela que a população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos. Prefeitura de São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos>> Acesso em 23 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em políticas públicas de álcool e outras drogas.** Brasília: CFP, 2013.

DANTAS, B.; TURIBIO, M.T.; ATANES, R.; ALMEIDA, R. Políticas Públicas sobre Drogas e População de Rua: humanização ou coisificação dos sujeitos?. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 2, n. 2, 14 dez. 2012.

FILHO, J. M. G. Humilhação social: um problema político em Psicologia. **Revista de Psicologia USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107818/106159>>. Acesso em 23 ago. 2023.

NASCIMENTO, J.C.P. A invisibilidade pública e social dos trabalhadores: uma revisão da literatura sobre trabalhos invisíveis na sociedade. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, 8 (12), 149–160. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i12.8019>. Acesso em 23 ago. 2023.

PASSOS, E.; BARROS, R.B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

PAULON, S.M.; ROMAGNOLI, R.C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 ago. 2023.

RUI, T.C. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 2012. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B.B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Trabalho apresentado no Seminário Exclusão Social, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 23 de abril de 1998. Disponível em: <<http://www.seuvizinhoestrageiro.ufba.br/twiki/pub/GEC/RefID/exclusao.pdf>>. Acesso em 23 ago. 2023.

TONDIN, M.C.; BARROS NETA, M.A.P.; PASSOS, L.A. Consultório de Rua: intervenção ao uso de drogas com pessoas em situação de rua. **Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 22, p. 485-501, maio 2013. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/929/730>. Acesso em 23 ago. 2023.